

Ano XXIV nº 6435 – 05 de outubro de 2021 Aumentam queixas contra consignados não autorizados. Veja como se proteger



O consignado, modalidade de crédito em que as prestações são descontadas diretamente na folha de pagamento e de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) têm dado dor de cabeça para muitos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

O volume de queixas sobre transações não autorizadas tem chamado a atenção de órgãos de defesa do consumidor que estão orientando os segurados sobre como se proteger contra esses golpes. O Procon de São Paulo registrou até o mês de agosto de 2021 um aumento de 156% no número de reclamações relacionadas ao consignado.

De acordo com o Banco Central (BC), somente no primeiro trimestre deste ano, 25,5% do total de queixas recebidas pela entidade foram sobre prestação inadequada de serviços ou informações sobre o crédito consignado.

A maior parte das reclamações é sobre o consumidor não ter solicitado ou não ter autorizado o empréstimo e mesmo assim a transação ter sido efetuada. As prestações começam a ser debitadas e é nesta hora em que, geralmente, o trabalhador ou aposentado se dá conta de que foi vítima de uma prática abusiva por parte das instituições.

Mas as queixas também são sobre o consumidor não ter conseguido resolver a situação junto à instituição.

De acordo com o Código de defesa do Consumidor, é proibido o envio de produtos ou prestação de serviços sem a solicitação do consumidor. E caso isso aconteça, o ressarcimento dos valores cobrados indevidamente deve ser feito em dobro. No caso de algum valor ter sido creditado na conta, a título de empréstimo, ainda sem a autorização, a lei considera que este valor é uma amostra grátis.

Confira como se proteger e o que fazer caso seja vítima de golpes. Leia a matéria completa em: www.sindbancariospetropolis.com.br/ e [facebook.com/SindBancariosPetropolis](https://www.facebook.com/SindBancariosPetropolis)

Funcionários do BB reivindicam negociação antes de retorno ao trabalho presencial

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) reforçou para a direção do banco, no início da noite da última quinta-feira (30/9), que ainda é cedo para o retorno ao trabalho presencial, já que a pandemia do coronavírus (Covid-19) continua com média de mortes acima de 500 casos por dia. Pontuaram também que a maneira como foi feita a convocação por parte do BB não foi correta.

“O banco divulgou que foi feito um convite para os trabalhadores se voluntariarem. Porém, no dia a dia, descobrimos que há uma pressão dos gestores, inclusive com ameaças, para os trabalhadores voltarem, independente da sua vontade. Não vamos aceitar este tipo de atitude. Por isso, queremos abrir esta negociação. Estamos pré-dispostos à negociação, mas o banco também precisa querer negociar e não pensar em tomar essas atitudes arbitrárias”, afirmou o coordenador da CEBB, João Fukunaga. O coordenador reivindica ainda o fim da pressão para o retorno imediato, pois este processo precisa ser programado e gradual.

A CEBB cobra a realização de exames médicos de retorno nos trabalhadores que voltarem ao trabalho presencial e a exclusão do processo de retorno dos trabalhadores de grupos de risco e dos que coabitam com pessoas deste grupo. “Quando mais se tenta antecipar o retorno ou o fim da pandemia, sem ela acabar, mais se demora para voltarmos a vida normal. A pressa e a falta de diálogo só geram desacordos e a demora em todo esse processo”, disse Fernanda Lopes, secretária de Juventude e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) nas negociações com o BB.

